CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Fachada do prédio do Ministério do Planejamento

Subsídios da União caíram pela primeira vez em 4 anos

Os subsídios da União recuaram pela primeira vez em 4 anos, divulgou o Ministério do Planejamento e Orçamento. A queda ocorreu tanto em proporção do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) como em valores reais (descontada a inflação).

No ano passado, os subsídios federais somaram R$ 678,4 bilhões, recuo de 2,71% em relação a 2023, quando os subsídios tiveram um pico de R$ 697,3 bilhões, em valores corrigidos pela inflação. Na comparação com o PIB, a proporção passou de 6,1% em 2023 para 5,78% em 2024.

A principal causa da queda no subsídio em 2024 foi o fim da desoneração sobre os combustíveis, que custou R$ 31,3 bi à União em 2023.

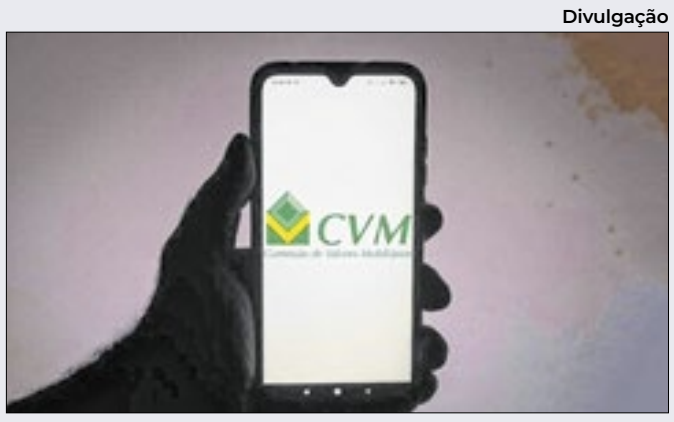
Impacto I

Em 2023, os subsídios dispararam porque em 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro zerou as alíquotas do PIS e da Cofins para gasolina, etanol, diesel, biodiesel, gás natural e gás de cozinha. O impacto dessa decisão de 2022 somente foi sentido no ano seguinte.

Impacto II

Em 1º de janeiro de 2023, o presidente Lula assinou uma medida provisória que restabeleceu a alíquota original sobre a gasolina e o etanol ao longo daquele ano e reonerou os demais combustíveis em 1º de janeiro de 2024. O impacto é sentido no ano seguinte (2025).

Divulgação



Medidas e informações sobre a CVM na palma da mão

CVM faz alerta ao mercado sobre atuação de empresa

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) alertou ao mercado de capitais e ao público em geral sobre a atuação da empresa A3 Invest Assessoria de Investimentos Ltda.

De acordo com a Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediário (SMI) da CVM, a empresa "embora registrada junto à CVM como sociedade de assessores de investimentos, não tem atualmente vínculo com nenhuma instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários e não pode, portanto, captar recursos de investidores para aplicação em valores mobiliários ou oferecer serviços de assessoria de investimentos".

Suspensão

A autarquia determinou a imediata suspensão de oferta de serviços de assessoria de investimentos, de forma direta ou indireta, inclusive por meio de sites, aplicativos ou redes sociais, enquanto não tiver contrato com intermediário de valores mobiliários.

Multa

Caso a determinação da Comissão de Valores Mobiliários não seja adotada, as empresas e pessoas que venham a ser identificadas como participantes dos atos irregulares estarão sujeitos à multa cominatória diária no valor de R$ 1.000,00, explicou a autarquia, em nota.

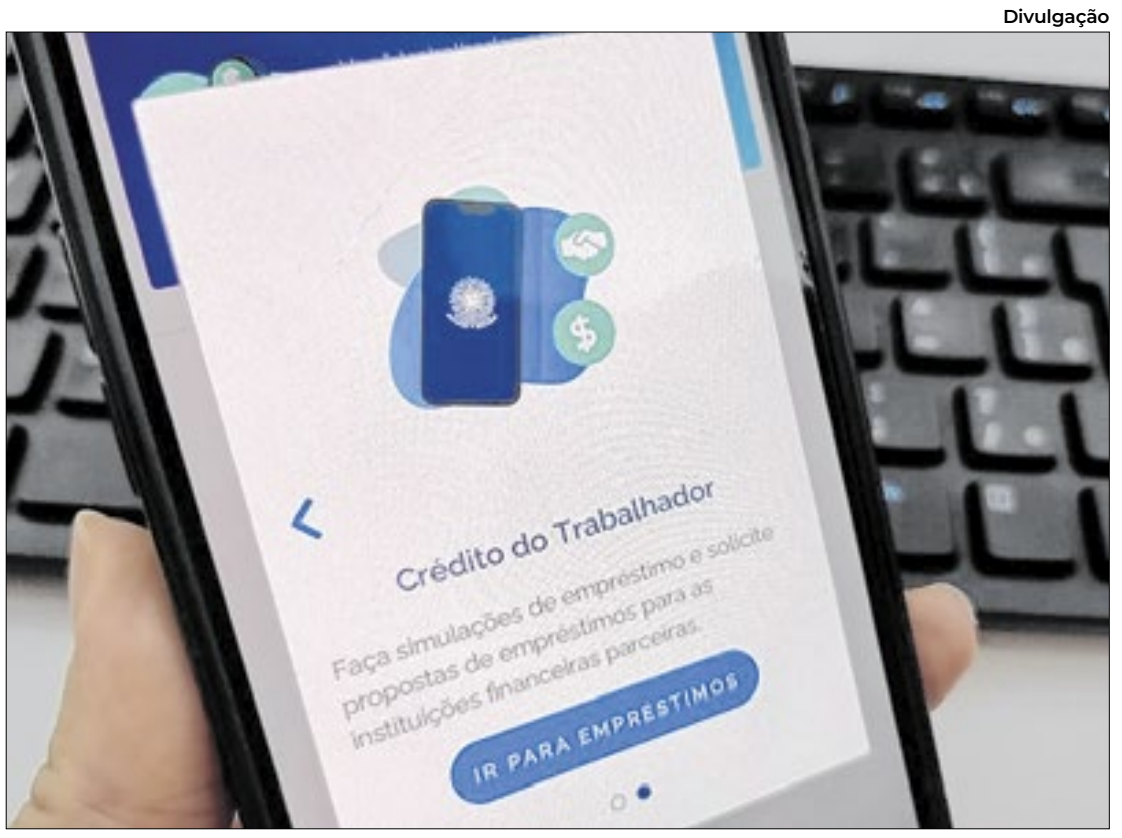
Receita

A Receita Federal publicou norma que disciplina a transação de créditos tributários. A portaria 555/25 define princípios, objetivos, modalidades e condições para que contribuintes e o Fisco possam celebrar acordos voltados à resolução de litígios e à regularização fiscal.

Calçados

As importações de calçados em julho atingiram US$ 66 milhões, maior valor importado em dólares desde 1997. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), 4,2 milhões de pares de calçados foram comprados, alta de 98,5%. Em receita, subiu 89,6%.

Divulgação



Aplicativo Crédito do Trabalhador vai concentrar as operações de consignado CLT

Governo vai migrar 4 milhões de contas para plataforma

Modelo antigo de consignado será extinto

Por Martha Imenes

O governo federal vai transferir cerca de 4 milhões de contratos antigos para a plataforma Crédito do Trabalhador, que fornece crédito com juros mais baixos a trabalhadores com carteira assinada. A transferência ocorrerá em operações antigas de crédito consignado de funcionários que trabalham ou trabalhavam em empresas que tinham parceria com bancos para oferecer empréstimos com desconto das parcelas no salário.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a portabilidade do crédito poderá ser feita pelo telefone celular, e estará concluída em novembro. O ministério não informou, no entanto, se o trabalhador precisa aderir ao programa ou se a transferência será feita automaticamente.

Balanço

Também chamada de Consignado CLT, a nova modalidade de crédito emprestou, até o fim da semana passada, R$ 27,8 bilhões a 3.919.679 trabalhadores.

Foram assinados 5.643.384 contratos, com juros médios de 3,58% ao mês. Cerca de 60% das operações atendem a trabalhadores que ganham até quatro salários mínimos.

Como era

No modelo antigo, as empresas privadas tinham de fazer convênios com determinado banco para possibilitar o desconto na folha de pagamento. O trabalhador com carteira assinada (CLT) tinha a opção de pegar o crédito consignado apenas na instituição com a qual o empregador assinou o convênio e compartilhou os dados funcionais. Esse modelo será extinto em novembro. Vai valer somente o Crédito do Trabalhador.

Dados estão disponíveis para 70 instituições

Com o Programa Crédito do Trabalhador, mais de 70 bancos e instituições financeiras poderão ter acesso ao perfil de trabalhadores com carteira assinada através do eSocial, sistema eletrônico obrigatório que unifica informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de empregadores e empregados de todo o país.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o volume de crédito consignado privado poderá ultrapassar os R$ 120 bilhões neste ano.

Ampliação

Essa é a quarta etapa de ampliação da portabilidade da nova linha de consignado para trabalhadores CLT. Em abril, o trabalhador podia trocar dívidas caras por mais baratas dentro do mesmo banco. Em maio, começou a valer a migração do consignado para CLT entre bancos diferentes.

Troca

Desde junho, o trabalhador que contratou a nova modalidade de empréstimo consignado privado pode trocar de instituição financeira, escolhendo a que oferece juros mais baixos.

Nessa etapa, qualquer dívida de qualquer banco pode ser migrada, inclusive as linhas do Crédito do Trabalhador contratadas desde março.

O procedimento podia ser feito apenas nos aplicativos e nos sites das instituições financeiras habilitadas no programa Crédito do Trabalhador.

Portabilidade em vigor desde junho

Desde junho, o trabalhador pode fazer a portabilidade de operações antigas do crédito consignado privado, escolhendo a instituição financeira que oferecer as melhores condições (como juros baixos e parcelas reduzidas).

O processo, no entanto, só pode ser feito por meio do aplicativo do banco ou nas agências bancárias.

No aplicativo Carteira de Trabalho Digital, o trabalhador autoriza o compartilhamento de seus dados (como CPF, tempo de empresa e margem disponível).

- Em até 24 horas, instituições financeiras enviam ofertas de crédito;
- O trabalhador escolhe a melhor proposta, com juros menores;
- As parcelas são descontadas diretamente na folha de pagamento;
- Até 35% da renda mensal podem ser comprometidos com o empréstimo.

Como pedir

- Verificar se o banco de destino oferece o novo consignado para CLT;
- Pedir a portabilidade nos canais digitais da instituição (site ou aplicativo);
- A partir de 21 de agosto, portabilidade também pode ser pedida no aplicativo Carteira de Trabalho, com migração gradual até novembro;
- A nova instituição quita a dívida anterior e assume o crédito automaticamente, com os juros e os prazos da nova linha.

Dataprev

A migração das operações antigas para a plataforma Crédito do Trabalhador será realizada pela Dataprev, empresa estatal contratada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para elaborar a plataforma.

Turc Operações arremata terminal Pesqueiro Público de Natal em leilão

Paulo Pinto/Agência Brasil

Leilão de terminal pesqueiro de Natal em São Paulo

O Terminal Pesqueiro Público (TPP) de Natal (RN) foi leiloado na segunda-feira (18) na Bolsa de Valores B3, em São Paulo, e arrematado pela empresa Turc Operações Marítimas Ltda, que atua em engenharia naval.

Única a cumprir as regras do leilão, a empresa ofertou R$ 21 mil em valor de outorga. Atualmente, o terminal não está em operação. As obras foram paradas.

Rastreabilidade

"Estamos falando da criação de uma infraestrutura moderna que garantirá a qualidade e rastreabilidade do pescado, unindo a visão estratégica do estado ao dinamismo do mercado para agregar valor socioeconômico à todos", afirmou o ministro em exercício do Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), Edipo Araujo, presente no leilão.

De acordo com o coordenador-geral de Infraestrutura e Fomento do MPA, Clecius Nerby, o novo terminal permitirá ao pescador potiguar atracar com segurança, desembarcar o pescado em condições sanitárias ideais e alcançar mercados consumidores melhores.

"Esse processo (de venda do terminal) foi construído sobre pilares de flexibilidade e segurança jurídica. Este é um modelo moderno que alinha o interesse público de fomento à pesca com a necessidade da rentabilidade do investidor privado", acrescentou o coordenador-geral.

Produção

De 2006 a 2011, o estado do Rio Grande do Norte produziu cerca de 50 mil toneladas por ano de pescado, principalmente de atum. O terminal leiloado será usado também para receber camarão de criação, já que o estado é o maior produtor nacional de pescados, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Concessão

O prazo de concessão do terminal será de 20 anos. O valor estimado para o terminal em operação é de mais de R$ 185 milhões.

Conforme previsto no edital, o vencedor do certame deverá realizar melhorias nas condições de recepção, tratamento, armazenagem e comercialização de pescados, com redução de desperdícios e aumento da qualidade sanitária.